

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45
--	----

Motivos de Reapresentação	46
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.763
Preferenciais	0
Total	4.763
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.644.938	1.480.521
1.01	Ativo Circulante	426.611	691.180
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	393.767	314.241
1.01.03	Contas a Receber	24.129	350.448
1.01.03.01	Clientes	24.113	21.624
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16	328.824
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	16	328.824
1.01.06	Tributos a Recuperar	602	19.092
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	602	19.092
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.552	902
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.561	6.497
1.01.08.03	Outros	6.561	6.497
1.01.08.03.02	Outros Créditos	6.561	6.497
1.02	Ativo Não Circulante	1.218.327	789.341
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	514.944	152.892
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.521	9.355
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.521	9.355
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	664	16
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	487.891	142.893
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	487.891	142.893
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	21.868	628
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	430	628
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	21.438	0
1.02.03	Imobilizado	4.412	3.553
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.671	3.553
1.02.03.02	Direito de Uso em Andamento	741	0
1.02.03.02.01	Direito de uso (IFRS 16)	741	0
1.02.04	Intangível	698.971	632.896
1.02.04.01	Intangíveis	698.971	632.896
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	698.971	632.896

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.644.938	1.480.521
2.01	Passivo Circulante	673.597	476.183
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.295	5.195
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.295	5.195
2.01.02	Fornecedores	15.792	22.755
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.792	22.755
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	15.792	22.755
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.472	20.209
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.145	17.769
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.371	11.482
2.01.03.01.02	Tributos Federais Retidos	1.774	6.287
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.327	2.440
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	562.792	346.365
2.01.04.02	Debêntures	562.792	346.365
2.01.05	Outras Obrigações	35.094	36.094
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.807	1.608
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	299	117
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.508	1.491
2.01.05.02	Outros	33.287	34.486
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	3.764	1.720
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais	8.899	9.879
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	6.197	9.540
2.01.05.02.07	Dividendos Propostos a pagar	7.964	7.964
2.01.05.02.08	Juros sobre Capital Próprio a pagar	5.820	5.383
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	643	0
2.01.06	Provisões	38.152	45.565
2.01.06.02	Outras Provisões	38.152	45.565
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	38.152	45.565
2.02	Passivo Não Circulante	756.773	807.669
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	603.672	799.968
2.02.01.02	Debêntures	603.672	799.968
2.02.02	Outras Obrigações	150.162	732
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	150.036	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	150.036	0
2.02.02.02	Outros	126	732
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	0	732
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais	6	0
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	120	0
2.02.04	Provisões	2.939	6.969
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.939	4.556
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.584	2.967
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.318	1.552
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórios	37	37
2.02.04.02	Outras Provisões	0	2.413
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	0	2.413
2.03	Patrimônio Líquido	214.568	196.669

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.01	Capital Social Realizado	129.625	129.625
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	129.625	129.625
2.03.04	Reservas de Lucros	25.925	67.044
2.03.04.01	Reserva Legal	25.925	25.925
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	41.119
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	59.018	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	134.568	294.701	138.460	253.688
3.01.01	Receita dos Serviços	134.568	294.701	138.460	253.688
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-69.757	-167.828	-95.111	-153.623
3.02.01	Custos dos Serviços Prestados	-35.394	-70.367	-95.111	-153.623
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-34.363	-97.461	0	0
3.03	Resultado Bruto	64.811	126.873	43.349	100.065
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.090	-11.131	-6.749	-13.069
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.221	-11.311	-6.939	-13.279
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-5.525	-9.606	-6.324	-12.269
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-696	-1.705	-615	-1.010
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	131	180	190	210
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	131	180	190	210
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	58.721	115.742	36.600	86.996
3.06	Resultado Financeiro	-12.566	-19.713	-7.156	-12.938
3.06.01	Receitas Financeiras	13.713	27.925	10.659	19.325
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.279	-47.638	-17.815	-32.263
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	46.155	96.029	29.444	74.058
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.415	-30.164	-8.810	-22.393
3.08.01	Corrente	-13.462	-25.330	-5.999	-19.150
3.08.02	Diferido	-953	-4.834	-2.811	-3.243
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	31.740	65.865	20.634	51.665
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	31.740	65.865	20.634	51.665
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	6,66390	13,82850	4,33210	10,84720
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	6,66390	13,82850	4,33210	10,84720

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	31.740	65.865	20.634	51.665
4.03	Resultado Abrangente do Período	31.740	65.865	20.634	51.665

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	130.539	114.710
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	140.906	135.075
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	65.865	51.665
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	32.815	25.171
6.01.01.03	Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	108	49
6.01.01.04	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	380	1.082
6.01.01.05	Receitas c/ Juros s/ Empréstimos Partes Relacionadas	-19.327	-14.025
6.01.01.08	Juros sobre debêntures	48.281	27.537
6.01.01.09	Resultado Financeiro s/ Ajuste a Valor Presente	1.470	1.153
6.01.01.10	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	-83	435
6.01.01.11	Provisão para Manutenção em Rodovias	6.563	38.765
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social	4.834	3.243
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.063	-20.365
6.01.02.02	Contas à Receber	-2.489	-1.063
6.01.02.03	Outros Créditos	-64	-28
6.01.02.04	Impostos à Recuperar	-1.164	-2.306
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-1.289	-350
6.01.02.06	Fornecedores	555	3.415
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	209	538
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores	328	199
6.01.02.09	Obrigações Sociais	100	520
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	14.843	6.972
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-22.842	-26.639
6.01.02.12	Outras Contas à Pagar	2.044	-1.098
6.01.02.13	Credores pela Concessão	4	-4
6.01.02.14	Riscos Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Regulatórios	-1.534	-635
6.01.02.15	Depósitos judiciais	198	109
6.01.02.16	Contas a Receber - Partes Relacionadas	275	5
6.01.02.17	Custo de transação	763	0
6.01.03	Outros	-304	0
6.01.03.01	Arrendamento mercantil pago (IFRS16)	-304	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-120.209	-93.733
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-371	-1.111
6.02.02	Aquisição de Intangível	-119.838	-92.622
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	69.196	496.736
6.03.04	Captação de Debêntures	0	800.000
6.03.05	Pagamento de Principal de Debêntures	0	-204.000
6.03.06	Pagamento de Juros de Debêntures	-29.843	-15.883
6.03.07	Pagamento de Dividendos	-41.119	-98.674
6.03.08	Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	-5.383	-8.547
6.03.09	Pagamento de Credores pela Concessão	-4.459	-4.276
6.03.11	Recebimento de Principal - Empresas Ligadas	150.000	22.796
6.03.12	Recebimento de Juros - Empresas Ligadas	0	5.320
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	79.526	517.713
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	314.241	83.020

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	393.767	600.733

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.625	0	67.044	0	0	196.669
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.625	0	67.044	0	0	196.669
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-41.119	-6.847	0	-47.966
5.04.06	Dividendos	0	0	-41.119	0	0	-41.119
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.847	0	-6.847
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	65.865	0	65.865
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	65.865	0	65.865
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	59.018	-59.018	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	59.018	-59.018	0	0
5.07	Saldos Finais	129.625	0	84.943	0	0	214.568

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.625	0	134.599	0	0	264.224
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.625	0	134.599	0	0	264.224
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-108.674	-9.035	0	-117.709
5.04.06	Dividendos	0	0	-98.674	0	0	-98.674
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.035	0	-9.035
5.04.08	Dividendos Propostos	0	0	-10.000	0	0	-10.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	51.665	0	51.665
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	51.665	0	51.665
5.07	Saldos Finais	129.625	0	25.925	42.630	0	198.180

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	312.833	272.227
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	211.407	206.196
7.01.02	Outras Receitas	101.426	66.031
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	97.461	62.420
7.01.02.02	Receitas Acessórias	3.965	3.611
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-128.980	-123.760
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-11.941	-8.862
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.896	-7.077
7.02.04	Outros	-110.143	-107.821
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-97.461	-62.420
7.02.04.02	Custo da Concessão	-4.965	-4.790
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-6.563	-38.765
7.02.04.04	Outros	-1.154	-1.846
7.03	Valor Adicionado Bruto	183.853	148.467
7.04	Retenções	-32.815	-25.171
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.815	-25.171
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	151.038	123.296
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.855	19.833
7.06.02	Receitas Financeiras	27.925	19.325
7.06.03	Outros	930	508
7.06.03.01	Juros capitalizados	930	508
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	179.893	143.129
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	179.893	143.129
7.08.01	Pessoal	17.374	17.194
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.717	13.722
7.08.01.02	Benefícios	2.604	2.565
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.053	907
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	44.498	41.994
7.08.02.01	Federais	33.703	31.486
7.08.02.02	Estaduais	2	2
7.08.02.03	Municipais	10.793	10.506
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.156	32.276
7.08.03.01	Juros	48.281	27.537
7.08.03.02	Aluguéis	0	732
7.08.03.03	Outras	3.875	4.007
7.08.03.03.01	Outras remunerações	2.945	3.499
7.08.03.03.02	Juros capitalizados	930	508
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	65.865	51.665
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.847	9.035
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	59.018	42.630

Comentário do Desempenho



Araras, 13 de agosto de 2019 – A Intervias S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado do segundo trimestre de 2019, período encerrado em 30 de junho de 2019. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

O volume do tráfego pedagiado no 2T19 foi de 15,1 milhões de veículos equivalentes, apresentando uma leve alta de 1,5%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Em relação ao 1T19 houve um crescimento de 4,1% principalmente a liberação da duplicação da SP-191 e devido efeito calendário possibilitando feriado de Corpus Christi prolongado de 4 dias.

Receita Operacional Bruta:

A Companhia obteve uma receita bruta total no 2T19 de R\$144,0 milhões, apresentando uma queda de R\$3,5 milhões ou 2,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, e no acumulado do ano obtivemos R\$312,7 milhões de receita bruta (aumento de 14,9% em relação ao 1S18). Em relação ao 1T19, a receita bruta total, apresentou uma redução de R\$24,6 milhões ou 14,6%. As principais variações são as que seguem:

- ✓ A receita de pedágio apresentou um acréscimo de 5,2% ou R\$5,3 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior, impactado pelo crescimento do tráfego mencionado acima e pelo reajuste tarifário com base no IPCA de 2,85% realizado em julho/18. Em relação ao 1T19, foi observado um acréscimo de 3,9% ou R\$4 milhões, que reflete a melhora do tráfego pedagiado destacado acima.
- ✓ As receitas de obras apresentaram uma queda de R\$9,1 milhão e R\$28,7 milhões, em comparação ao 2T18 e 1T19 respectivamente. Esta variação se deve principalmente em função da conclusão das obras de duplicação da SP-147. Os mesmos valores apresentados como receitas de obras são apresentados como custo de construção e não geram efeitos no resultado.

Comentário do Desempenho



Custos e Despesas Operacionais:

Os custos e despesas totais no 2T19 (excluído depreciação e amortização) reduziram R\$ 31,5 milhões ou 35,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior justificados pelos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de R\$ 2,1 milhões em serviços de terceiros, devido principalmente ao reajuste contratual em Serviços de APH e Serviços de Transporte de Colaboradores, e maiores custos com serviços de roçada e limpeza de faixa de domínio;
- ✓ Redução de R\$ 9,1 milhões com os custos de serviços de construção devido a conclusão das obras de duplicação da SP-147 e SP-191;
- ✓ Redução nas despesas administrativas (R\$1,8 milhões), principalmente pela reversão em contingências jurídicas em decorrências de acordos firmados e redução nas despesas com a Holding;
- ✓ Redução na provisão de manutenção (R\$23,8 milhões), devido a readequação do cronograma de intervenções.

Os custos e despesas totais no 2T19 (excluído depreciação e amortização) reduziram R\$ 30,9 milhões ou 35,0% em comparação ao 1T19, justificado pelos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de R\$ 1,1 milhões em custos dos serviços prestados, devido principalmente ao reajuste contratual em Serviços de APH e Serviços de Transporte de Colaboradores, e maiores custos com serviços de roçada e limpeza de faixa de domínio;
- ✓ Redução na provisão de manutenção (R\$4,3 milhões), devido a readequação do cronograma de intervenções;
- ✓ Redução de R\$28,7 milhões com os custos de serviços de construção devido a conclusão das obras de duplicação da SP-191;

No 1S19 os custos e despesas totalizaram R\$146,1 milhões, um acréscimo de 3,3% em comparação ao 1S18 que registrou R\$141,5 milhões.

EBITDA e EBITDA Ajustado:

Em relação ao 2T18, o EBITDA no 2T19 aumentou 56,0% em função do resultado da revisão do cronograma de obras de manutenção e redução das despesas administrativas. O EBITDA ajustado apresentou um aumento de 5,1% em função da redução dos custos dos serviços prestados apresentados acima.

Comentário do Desempenho



Em relação ao 1T19, o EBITDA apresentou um aumento de 7,5% em função do resultado da revisão do cronograma de obras de manutenção. O EBITDA ajustado apresentou um aumento de 1,3%.

No acumulado do ano, o EBITDA ajustado, atingiu o valor de R\$155,1 milhões, apresentando um acréscimo de 2,8% em relação ao 1S18.

Resultado Financeiro:

A Companhia obteve no 2T19, um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 12,6 milhões, apresentando um aumento de 75,6% em relação ao ano mesmo período do ano anterior. As principais variações foram:

- ✓ As receitas financeiras apresentaram um acréscimo de 28,7%, que correspondeu a R\$ 3,1 milhões. Este incremento deve-se Receita em decorrência do aumento do saldo das Debentures privadas e maiores rendimentos sobre aplicação financeira.
- ✓ As despesas financeiras apresentaram um acréscimo de R\$ 8,5 milhões em decorrência da 5ª emissão debêntures pública;

Em relação ao 1T19, houve um acréscimo de 75,8%, justificadas abaixo:

- ✓ As receitas financeiras apresentaram uma redução de 3,5%, que correspondeu a R\$ 0,5 milhão.
- ✓ As despesas financeiras apresentaram um acréscimo de R\$ 4,9 milhões em decorrência da Debêntures públicas e juros capitalizados.

Lucro Líquido:

A Companhia obteve lucro de R\$ 31,7 milhões no 2T19, apresentando uma redução de 7,0% quando comparado ao 1T19. No acumulado do ano, o lucro foi de R\$65,9 milhões um acréscimo de 27,5% em relação ao 1S18 que apresentou R\$51,7 milhões. As principais variações foram no aumento de custos e despesas principalmente nas rubricas de contingências jurídicas e depreciação devido a conclusão das obras de duplicação da SP-191 somado aos itens não caixa como aumento na depreciação e resultado financeiro.

Em relação ao 2T18, houve um aumento de 53,8% e as principais variações foram na redução dos custos com provisão de manutenção e nos custos de serviços de construção.

Comentário do Desempenho



Endividamento:

A Intervias encerrou o 2T19 com endividamento bruto de R\$ 1,2 bilhão, se mantendo estável na comparação com 1T19 e 2T18.

O endividamento líquido da Companhia passou de R\$ 874,4 milhões no 1T19 para R\$ 772,7 milhões no 2T19.

Investimentos:

Foram investidos R\$34,9 milhões no 2T19 em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.

Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$6,1 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação de pavimento da rodovia; fiscalização de obras de toda a malha rodoviária; outras melhorias vêm sendo executadas como: Implantação de 4,0 quilômetros de faixa adicional nos municípios de Casa Branca e Itapira, Passarela km 51+200 localizada no município de Araras/SP.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	2T19	1T19	2T18	Var% 2T19/1T19	Var% 2T19/2T18	1S19	1S18	Var% 1S19/1S18
Concessionárias do Interior Paulista - Intervias S/A	15.100	14.511	14.875	4,1%	1,5%	29.611	30.117	-1,7%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	2T19	1T19	2T18	2T19/1T19	2T19/2T18	1S19	1S18	Var% 1S19/1S18
RECETA OPERACIONAL BRUTA	144.030	168.623	147.568	-14,6%	-2,4%	312.653	272.017	14,9%
Receitas de pedágio	107.717	103.690	102.360	3,9%	5,2%	211.407	206.196	2,5%
Receitas de obras	34.363	63.098	43.512	-45,5%	-21,0%	97.461	62.420	56,1%
Receitas acessórias	1.950	1.835	1.696	6,3%	15,0%	3.785	3.401	11,3%
DEDUÇÕES DA RECETA	(9.462)	(8.490)	(9.108)	11,4%	3,9%	(17.952)	(18.329)	-2,1%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	134.568	160.133	138.460	-16,0%	-2,8%	294.701	253.688	16,2%
CUSTOS E DESPESAS	(57.595)	(88.549)	(89.118)	-35,0%	-35,4%	(146.144)	(141.521)	3,3%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(16.180)	(15.081)	(14.070)	7,3%	15,0%	(31.261)	(27.503)	13,7%
Custo dos serv. de construção	(34.363)	(63.098)	(43.512)	-45,5%	-21,0%	(97.461)	(62.420)	56,1%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.388)	(3.946)	(6.198)	36,5%	-13,1%	(9.334)	(12.033)	-22,4%
Remuneração da administração	(696)	(1.009)	(615)	-31,0%	13,2%	(1.705)	(1.010)	68,8%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(1.099)	(5.464)	(24.913)	-79,9%	-95,6%	(6.563)	(38.765)	-83,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	131	49	190	167,3%	-31,1%	180	210	-14,3%
EBITDA	76.973	71.584	49.342	7,5%	56,0%	148.557	112.167	32,4%
Margem EBITDA	76,8%	73,8%	52,0%	25,5%	307,4%	75,3%	58,6%	
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(18.252)	(14.563)	(12.742)	25,3%	43,2%	(32.815)	(25.171)	30,4%
Depreciação de imobilizado	(128)	(125)	(126)	2,4%	1,6%	(253)	(234)	8,1%
Amortização do intangível	(17.945)	(14.264)	(12.616)	25,8%	42,2%	(32.209)	(24.937)	29,2%
Amortização do direito de uso	(179)	(174)	-	2,9%	-	(353)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(12.566)	(7.147)	(7.156)	75,8%	75,6%	(19.713)	(12.938)	52,4%
Receitas financeiras	13.713	14.212	10.659	-3,5%	28,7%	27.925	19.325	44,5%
Despesas financeiras	(26.279)	(21.359)	(17.815)	23,0%	47,5%	(47.638)	(32.263)	47,7%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	46.155	49.874	29.444	-7,5%	56,8%	96.029	74.058	29,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(14.415)	(15.749)	(8.810)	-8,5%	63,6%	(30.164)	(22.393)	34,7%
Corrente	(13.462)	(11.868)	(5.999)	13,4%	124,4%	(25.330)	(19.150)	32,3%
Diferido	(953)	(3.881)	(2.811)	-75,4%	-66,1%	(4.834)	(3.243)	49,1%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	31.740	34.125	20.634	-7,0%	53,8%	65.865	51.665	27,5%

EBITDA AJUSTADO

(em R\$ Mil)

	2T19	1T19	2T18	2T19/1T19	2T19/2T18	1S19	1S18	Var% 1S19/1S18
EBITDA ¹	76.973	71.584	49.342	7,5%	56,0%	148.557	112.167	32,4%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	1.099	5.464	24.913	-79,9%	-95,6%	6.563	38.765	-83,1%
EBITDA Ajustado ²	78.072	77.048	74.255	1,3%	5,1%	155.120	150.932	2,8%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida, excluindo as Receitas de Obras.

A Intervias S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os websites ri.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em

"acesso rápido", o item "ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações").

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Informações Financeiras Trimestrais
para o Trimestre Findo em 30 de
junho de 2019 e Relatório do Auditor
Independente.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, aprovou a inclusão no cronograma físico - financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 1 de abril de 2028.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do País para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de junho de 2019 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$246,986 (Em 31 de dezembro de 2018 o ativo circulante superava o passivo circulante em R\$214.997).

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

A emissão das informações financeiras da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de agosto de 2019.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

A Sociedade estima em 30 de junho de 2019, o montante de R\$108.696 (R\$201.605 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$40.039 (R\$53.804 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$65.380, as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 27 de fevereiro de 2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

Notas Explicativas

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram rerepresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual.
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42%a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacionais, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Notas Explicativas

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados abaixo:

i) Os impactos da adoção da IFRS 16 no balanço patrimonial:

	Valores antes da adoção do CPC 06	IFRS 16	Valores após a adoção do CPC 06 em 01.01.2019
Ativo			
Circulante	691.180	-	691.180
Não circulante	789.341	1.044	790.385
Direito de uso - IFRS 16	-	1.044	1.044
	<u>1.480.521</u>	<u>1.044</u>	<u>1.481.565</u>
Passivo			
Circulante	476.183	622	476.805
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	622	622
Não circulante	807.669	422	808.091
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	422	422
Patrimônio líquido	196.669	-	196.669
	<u>1.480.521</u>	<u>1.044</u>	<u>1.481.565</u>

ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa e contas bancárias	2.659	3.130
Aplicações financeiras (*)	<u>391.108</u>	<u>311.111</u>
Total	<u><u>393.767</u></u>	<u><u>314.241</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 99,18% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como principais características aplicações pós-fixadas em Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Certificado de depósito Bancário - CDB, de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	22.748	21.034
Cupons de pedágio a receber	323	322
Cartões de pedágio a receber	466	182
Receitas acessórias a receber	574	85
Outras receitas a receber	<u>2</u>	<u>1</u>
Total	<u><u>24.113</u></u>	<u><u>21.624</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Conciliação entre o imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é como segue:

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	46.155	96.029	29.444	74.058
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(15.693)	(32.650)	(10.011)	(25.180)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	1.183	2.328	1.593	3.072
Outras diferenças permanentes	95	158	(392)	(285)
Total	(14.415)	(30.164)	(8.810)	(22.393)
Imposto Contabilizado	(14.415)	(30.164)	(8.810)	(22.393)
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(13.462)	(25.330)	(5.999)	(19.150)
Diferido	(953)	(4.834)	(2.811)	(3.243)
	(14.415)	(30.164)	(8.810)	(22.393)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido	
	30.06.2019	31.12.2018
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Provisão de participação nos lucros	951	1.869
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (a)	2.939	4.556
Outras provisões	748	70
Provisão para manutenção de rodovias	38.152	47.978
Pis e Cofins s/receitas	-	4.303
Arrendamentos - IFRS 16	37	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	42.827	58.776
Alíquota nominal	34%	34%
Total	14.561	19.984
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Direito de concessão incorporado (b)	(11.247)	(11.902)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(2.982)	(3.170)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(23.314)	(23.314)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	8.014	7.123
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(29.529)	(31.263)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(10.040)	(10.629)
Total do imposto de renda e contribuição social	4.521	9.355

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do seu Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil

Notas Explicativas

Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

- (c) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	Ativo não circulante
2019	13.064
2020	185
2021	185
2022	185
2023	185
Após 2023	757
	<u>14.561</u>

8. DIREITO DE USO

Os principais impactos decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 estão demonstrados abaixo:

	Veículos (a)	Veículos operacionais (b)	Computadores e periféricos (c)	Imóveis (d)	Total
<u>Custo direito de uso</u>					
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-
Adições	261	358	394	81	1.094
Saldo em 30.06.2019	<u>261</u>	<u>358</u>	<u>394</u>	<u>81</u>	<u>1.094</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-
Amortização	(86)	(111)	(130)	(26)	(353)
Saldo em 30.06.2019	<u>(86)</u>	<u>(111)</u>	<u>(130)</u>	<u>(26)</u>	<u>(353)</u>
<u>Direito de uso líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2019	175	247	264	55	741
Taxas de amortização - a.a.	33%	31%	33%	32%	

- (a) Refere-se a veículos administrativos.
- (b) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (c) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (d) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

Notas Explicativas**9. IMOBILIZADO**

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2018	1.892	5.110	812	7.814
Adições	7	23	341	371
Saldo em 30.06.2019	<u>1.899</u>	<u>5.133</u>	<u>1.153</u>	<u>8.185</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2018	(1.000)	(3.135)	(126)	(4.261)
Depreciações	(34)	(134)	(85)	(253)
Saldo em 30.06.2019	<u>(1.034)</u>	<u>(3.269)</u>	<u>(211)</u>	<u>(4.514)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2018	892	1.975	686	3.553
Saldo em 30.06.2019	865	1.864	942	3.671
Taxas de depreciação - a.a.	10%	18%	14%	
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2017	6.249	-	-	6.249
Adições	-	725	386	1.111
Alienações/baixas	-	-	(49)	(49)
Saldo em 30.06.2018	<u>6.249</u>	<u>725</u>	<u>337</u>	<u>7.311</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2017	(3.766)	-	-	(3.766)
Depreciações	(33)	(143)	(52)	(228)
Saldo em 30.06.2018	<u>(3.799)</u>	<u>(143)</u>	<u>(52)</u>	<u>(3.994)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2017	2.483	-	-	2.483
Saldo em 30.06.2018	2.450	582	285	3.317
Taxas de depreciação - a.a.	4%	8%	9%	

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2018	950.989	28.434	60.152	3.490	137.636	1.180.701
Adições	30.906	-	-	-	67.486	98.392
Transferências/reclassificações	118.744	-	-	-	(118.744)	-
Alienações/baixas	(566)	-	-	-	-	(566)
Saldo em 30.06.2019	<u>1.100.073</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>3.490</u>	<u>86.378</u>	<u>1.278.527</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2018	(486.094)	(18.401)	(41.875)	(1.435)	-	(547.805)
Amortizações	(30.180)	(519)	(1.390)	(120)	-	(32.209)
Alienações/baixas	458	-	-	-	-	458
Saldo em 30.06.2019	<u>(515.816)</u>	<u>(18.920)</u>	<u>(43.265)</u>	<u>(1.555)</u>	<u>-</u>	<u>(579.556)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2018	464.895	10.033	18.277	2.055	137.636	632.896
Saldo em 30.06.2019	584.257	9.514	16.887	1.935	86.378	698.971
Taxas de amortização - a.a.	6%	4%	3%	6%		

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2017	898.291	28.434	60.152	3.206	5.165	995.248
Adições	20.542	-	-	186	41.692	62.420
Saldo em 30.06.2018	918.833	28.434	60.152	3.392	46.857	1.057.668
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2017	(437.574)	(17.577)	(39.096)	(1.215)	-	(495.462)
Amortizações	(23.374)	(412)	(1.052)	(105)	-	(24.943)
Saldo em 30.06.2018	(460.948)	(17.989)	(40.148)	(1.320)	-	(520.405)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2017	460.717	10.857	21.056	1.991	5.165	499.786
Saldo em 30.06.2018	457.885	10.445	20.004	2.072	46.857	537.263
Taxas de amortização - a.a.	5%	4%	3%	6%		

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 16.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018. Para 30 de junho de 2019 a Sociedade acompanhou e não viu necessidade um novo teste no trimestre.

No período findo em 30 de junho de 2019, a Sociedade capitalizou o montante de R\$930 (R\$508 em 30 de junho de 2018) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2019 foi de 0,55% a.a. e 0,18% a.a. em 2018.

Notas Explicativas

11. DEBÊNTURES

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.06.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	347.814	802.780	1.150.594	263.424	326.319	589.743
Captações/Renovações	-	-	-	-	800.000	800.000
Juros provisionados	45.953	3.258	49.211	65.017	11.405	76.422
Amortização de principal	-	-	-	(253.995)	-	(253.995)
Pagamento de juros	(29.843)	-	(29.843)	(61.576)	-	(61.576)
Transferência	200.000	(200.000)	-	334.944	(334.944)	-
	<u>563.924</u>	<u>606.038</u>	<u>1.169.962</u>	<u>347.814</u>	<u>802.780</u>	<u>1.150.594</u>
Custo de transação	(1.132)	(2.366)	(3.498)	(1.449)	(2.812)	(4.261)
Saldo final	<u>562.792</u>	<u>603.672</u>	<u>1.166.464</u>	<u>346.365</u>	<u>799.968</u>	<u>1.146.333</u>

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2019	31.12.2018
4 ° emissão - 1° série	15.000	CDI+1,10%a.a.	out/19	50.754	50.769
4 ° emissão - 2° série	22.500	IPCA+5,96%a.a.	out/19	306.141	290.268
5° emissão - 1° Serie	200.000	CDI+0,47%a.a.	mai/20	201.648	201.595
5° emissão - 2° Serie	191.177	CDI+0,90%a.a.	mai/23	192.854	192.800
5° emissão - 3° Serie	282.813	CDI+1,35%a.a.	mai/25	285.450	285.365
5° emissão - 4° Serie	126.010	IPCA+6,76%a.a.	mai/25	133.115	129.797
				<u>1.169.962</u>	<u>1.150.594</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
4 ° emissão - 1° série	15.10.2014	150.000	10	05.11.2014	151.025
4 ° emissão - 2° série	15.10.2014	225.000	10	05.11.2014	226.615
5° emissão - 1° Serie	15.05.2018	200.000	1	11.06.2018	200.000
5° emissão - 2° Serie	15.05.2018	191.177	1	11.06.2018	191.177
5° emissão - 3° Serie	15.05.2018	282.813	1	11.06.2018	282.813
5° emissão - 4° Serie	15.05.2018	126.010	1	11.06.2018	126.010
		<u>1.175.000</u>			<u>1.177.640</u>

O valor justo das debêntures registradas nos passivos circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Em 30 de junho de 2019, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	95.589
2023	95.589
Após 2023	<u>414.860</u>
	<u><u>606.038</u></u>

As debêntures da Sociedade não apresentam garantias.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxos de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora,

Notas Explicativas

através de contratos de debêntures privada, para suprir a necessidade de capital de giro do Grupo Arteris.

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme estipulados nas cláusulas de vencimento antecipado constantes nas escrituras de emissão de cada uma das emissões, arquivadas na CVM. Em 30 de junho de 2019, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

12. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Estão compostos por:

	30.06.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	622	472	1.094
Utilização	(368)	-	(368)
Ajuste a valor presente - AVP	37	-	37
Transferência	352	(352)	-
	<u>643</u>	<u>120</u>	<u>763</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2019, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$304.

Em 30 de junho de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	107
2021	10
2022	<u>3</u>
	<u><u>120</u></u>

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 e as transações realizadas em 30 de junho de 2019 e de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Autovias S.A. (a)	-	4
Centrovias S.A. (a)	-	210
Vianorte S.A. (a)	-	77
Fernão dias S.A. (a)	16	-
Debêntures a receber:		
Arteris S.A. - controladora (d)	-	328.533
Total do ativo circulante	<u>16</u>	<u>328.824</u>
 <u>Ativo não circulante</u>		
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Debêntures a receber:		
Arteris S.A. - controladora (d)	487.891	142.893
Total do ativo não circulante	<u>487.891</u>	<u>142.893</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (b)	1.508	1.491
Autovias S.A. (b)	199	-
Planalto Sul S.A. (b)	13	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	87	117
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A. - controladora (f)	2.968	2.745
Arteris Participações (f)	2.852	2.638
Dividendos a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (e)	4.062	4.062
Arteris Participações (e)	3.902	3.902
Total do passivo circulante	<u>15.591</u>	<u>14.955</u>
 <u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (g)	150.036	-
Total do passivo não circulante	<u>150.036</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	PERÍODO					
	30.06.2019			30.06.2018		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (d/g)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (d/g)	Despesas gerais (a)/(b)
Controladora						
Arteris S.A.	-	19.327	(8.945)	-	14.025	(7.471)
Outras partes relacionadas						
Autovias S.A.	-	-	(511)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(550)	-	-	(3.456)	-	-
Total	(550)	19.327	(9.456)	(3.456)	14.025	(7.471)

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.06.2019			30.06.2018		
	Conservação da rodovia (b)	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (d/g)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (d/g)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	9.784	(4.204)	-	6.812	(4.044)
Outras partes relacionadas						
Autovias S.A.	-	-	(286)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(275)	-	-	(1.893)	-	-
Total	(275)	9.784	(4.490)	(1.893)	6.812	(4.044)

- (a) Refere-se a despesas administrativas de outras empresas do grupo Arteris pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", com base na receita das empresas do grupo, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.
- (c) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (d) Refere-se a 4ª emissão de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado com a Arteris S.A. para suprir a necessidade de capital de giro da controladora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescido do spread de 2,0% ao ano, com vencimento do principal e juros da 4ª emissão em 31 de dezembro de 2021:

DEBÊNTURES PRIVADAS ATIVAS						
Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
25.06.2015	31.12.2021	CDI + 2,0% a.a.	226.410	114.128	226.410	102.123
02.08.2018	02.08.2021	CDI + 1,2% a.a.	100.000	5.801	100.000	2.582
14.11.2018	12.11.2021	CDI + 1,2% a.a.	40.000	1.552	40.000	311
			366.410	121.481	366.410	105.016

- (e) Saldo a pagar da distribuição de dividendos conforme nota explicativa 18.b.
- (f) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa 18.b.
- (g) Refere-se a 6ª emissão de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado com a Arteris S.A. para suprir a necessidade de capital de giro da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescido do spread de 1,0% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2021:

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
27.06.2019	31.12.2021	CDI + 1,0% a.a.	150.000	36		

No período findo em 30 de junho de 2019 a Latina Manutenção de Rodovias não realizou obras passíveis de registro no intangível da Sociedade (R\$2.406 no período findo em 30 de junho de 2018). As obras quando executadas, possuem condições específicas entre as partes e vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, a Sociedade reconheceu respectivamente o montante de R\$395 e R\$865 a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$301 e R\$840 relativo ao rateio da "Holding", que totalizam respectivamente R\$696 e R\$1.705 (R\$615 e R\$1.010, em 30 de junho), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.400. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados na rubrica "Obrigações sociais" em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são de R\$ 951 e R\$1.869, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Imposto de renda	8.214	7.260
Contribuição social	3.598	3.710
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	559	512
Programa de integração social - PIS	236	864
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.089	4.774
Tributos federais retidos	449	649
Impostos sobre serviços - ISS	<u>2.327</u>	<u>2.440</u>
Total	<u>16.472</u>	<u>20.209</u>

16. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Circulante				
Direito de outorga	5.509	8.855	5.600	9.022
Parcela variável (a/b)	<u>688</u>	<u>685</u>	<u>688</u>	<u>685</u>
Total	<u>6.197</u>	<u>9.540</u>	<u>6.288</u>	<u>9.707</u>
Não circulante				
Direito de outorga	-	732	-	772
Total	<u>-</u>	<u>732</u>	<u>-</u>	<u>772</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio e acessórias mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

(b) Valor variável complementar correspondente a 22,0% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de junho de 2019 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Quantidade de parcela:	7	-	7

Notas Explicativas

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 30 de junho de 2019 e de 2018 ao Poder Concedente foram respectivamente de R\$8.564 (R\$4.459 de parcela fixa e R\$4.105 de parcela variável) e de R\$8.233 (R\$4.276 de parcela fixa e R\$3.968 de parcela variável).

17. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.06.2019</u>
Cíveis	1.552	691	(275)	(650)	1.318
Trabalhistas	2.967	1.100	(1.647)	(836)	1.584
Regulatório	37	48	-	(48)	37
Total	<u>4.556</u>	<u>1.839</u>	<u>(1.922)</u>	<u>(1.534)</u>	<u>2.939</u>

	<u>31.12.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.06.2018</u>
Cíveis	1.901	782	(463)	(483)	1.737
Trabalhistas	2.360	225	(146)	(152)	2.287
Regulatório	-	37	-	-	37
Total	<u>4.261</u>	<u>1.044</u>	<u>(609)</u>	<u>(635)</u>	<u>4.061</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$3.346 em 30 de junho de 2019 (R\$3.367 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$ 430 (R\$628 em 31 de dezembro de 2018), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$ 225 (R\$436 em 31 de dezembro de 2018) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção

A provisão de manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é conforme segue:

Notas Explicativas

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
	<u>Manutenção em</u>	<u>Manutenção em</u>	<u>Manutenção em</u>
	<u>rodovia</u>	<u>rodovia</u>	<u>rodovia</u>
Saldo em 31.12.2018	45.565	2.413	47.978
Adições/Reversões	-	6.563	6.563
Utilizações	(17.822)	-	(17.822)
Ajuste a valor presente	-	1.433	1.433
Transferências	10.409	(10.409)	-
Saldo em 30.06.2019	<u>38.152</u>	<u>-</u>	<u>38.152</u>

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
	<u>Manutenção em</u>	<u>Manutenção em</u>	<u>Manutenção em</u>
	<u>rodovia</u>	<u>rodovia</u>	<u>rodovia</u>
Saldo em 31.12.2017	28.529	15.113	43.642
Adições/Reversões	-	38.765	38.765
Utilizações	(50.254)	-	(50.254)
Ajuste a valor presente	-	1.153	1.153
Transferências	46.340	(46.340)	-
Saldo em 30.06.2018	<u>24.615</u>	<u>8.691</u>	<u>33.306</u>

(*) As obras e manutenções para o período de 95 meses reequilibrados em TAM assinado no ano de 2006 ainda não foram definidas pela Sociedade e ARTESP. A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos.

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2019 referentes às manutenções realizadas foram de R\$19.792 (R\$50.596 em 30 de junho de 2018).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é de R\$129.625, compostos por 4.763.110 ações ordinárias e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendosReserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período findo em 30 de junho de 2019 a Sociedade pagou dividendos de R\$ 41.119 referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2018.

Notas Explicativas

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No período findo em 30 de junho de 2019 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$6.847, o qual incide a quantia de R\$1.027, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sendo o saldo líquido de R\$5.820.

No período findo em 30 de junho de 2019 a Sociedade pagou R\$ 5.383 a título de juros sobre o capital próprio referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	107.717	211.407	102.360	206.196
Receita de serviços de construção	34.363	97.461	43.512	62.420
Outras receitas	1.950	3.785	1.696	3.401
Receita bruta	144.030	312.653	147.568	272.017
ISSQN	(5.472)	(10.737)	(5.193)	(10.461)
PIS	(708)	(1.281)	(697)	(1.400)
COFINS	(3.269)	(5.916)	(3.215)	(6.461)
Outras deduções	(13)	(18)	(3)	(7)
Receita líquida	134.568	294.701	138.460	253.688

Notas Explicativas**20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(2.555)	(4.799)	(3.215)	(6.102)
Serviços de terceiros	(642)	(1.483)	(642)	(1.444)
Manutenção de bens e conservação	(655)	(1.005)	(621)	(1.189)
Consumo	(283)	(583)	(462)	(911)
Transportes	(41)	(88)	(132)	(237)
Seguros/Garantias	(10)	(19)	(3)	(6)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(526)	83	(134)	(435)
Comunicação e marketing	(228)	(402)	(258)	(549)
Indenizações à terceiros	(76)	(171)	(34)	84
Publicações legais	(27)	(204)	(8)	(192)
Depreciação / Amortização	(137)	(272)	(126)	(236)
Outros	(345)	(663)	(690)	(1.053)
Total	(5.525)	(9.606)	(6.325)	(12.270)

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(5.920)	(10.869)	(5.361)	(10.085)
Serviços de terceiros	(2.294)	(4.492)	(2.030)	(4.016)
Conservação	(3.581)	(7.467)	(2.605)	(4.867)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(335)	(456)	(286)	(782)
Consumo	(522)	(1.011)	(471)	(995)
Transportes	(970)	(1.900)	(902)	(1.912)
Seguros / Garantias	(434)	(856)	(408)	(837)
Ônus variável	(2.098)	(4.109)	(1.986)	(3.953)
Provisão de manutenção em rodovias	(1.099)	(6.563)	(24.913)	(38.765)
Custos de serviços da construção	(34.363)	(97.461)	(43.512)	(62.420)
Depreciação / Amortização	(17.829)	(32.024)	(12.409)	(24.522)
Amortização da Outorga	(286)	(519)	(207)	(413)
Outros	(26)	(101)	(21)	(56)
Total	(69.757)	(167.828)	(95.111)	(153.623)

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	9.827	19.327	6.812	14.025
Aplicações financeiras	3.861	8.572	3.818	5.270
Outras receitas	25	26	29	30
Total	13.713	27.925	10.659	19.325
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(24.788)	(48.281)	(14.945)	(27.537)
Atualização montária do ônus da concessão	(158)	(380)	(691)	(1.082)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(707)	(1.470)	(505)	(1.153)
Outras despesas	(626)	2.493	(1.674)	(2.491)
Total	(26.279)	(47.638)	(17.815)	(32.263)

Notas Explicativas

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	23.143	33.292
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	5.820	(867)
Juros capitalizados	930	508
Dividendos propostos e não pagos	7.964	10.000
	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(45.519)	(64.002)

23. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	<u>30.06.2019</u>		<u>30.06.2018</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro do período	31.740	65.865	20.634	51.665
Número de ações durante período	<u>4.763</u>	<u>4.763</u>	<u>4.763</u>	<u>4.763</u>
Lucro por ação	<u>6,66390</u>	<u>13,82850</u>	<u>4,33210</u>	<u>10,84720</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

	Nível	30.06.2019		31.12.2018	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	393.767	-	314.241	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	24.113	-	21.624
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	487.907	-	471.717
Outros Créditos	Nível 2	-	6.685	-	6.497
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	150.036	-	-
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	7.627	-	6.991
Debêntures	Nível 2	-	1.166.464	-	1.146.333
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	24.691	-	32.634
Dividendos propostos	Nível 2	-	7.964	-	7.964
Cretores pela concessão	Nível 2	-	6.197	-	10.272
Outras contas a pagar	Nível 2	-	3.764	-	1.720
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	Nível 2	-	763	-	-
		<u>393.767</u>	<u>(848.801)</u>	<u>314.241</u>	<u>(706.076)</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados ao IPCA aproximam-se dos seus valores justos em razão do IPCA ser uma taxa inflacionária divulgada mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e mantém os saldos contábeis dos empréstimos atualizados e em linha aos valores praticados no mercado.

Notas Explicativas

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2019 e em dezembro de 2018 a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2008, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos e debêntures com partes relacionadas.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(47.784)	(58.053)	(68.321)
Receita de aplicações financeiras	23.292	29.117	34.942
Receita financeira de mútuo e Debêntures privadas (*)	38.367	45.814	53.261
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(10.593)	(12.866)	(15.139)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>3.282</u>	<u>4.012</u>	<u>4.743</u>
IPCA	3,91%	4,89%	5,87%
Juros a incorrer - Debêntures	(24.006)	(26.364)	(28.722)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(24.006)</u>	<u>(26.364)</u>	<u>(28.722)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(20.724)</u>	<u>(22.352)</u>	<u>(23.979)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2019, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$ 22.748 (R\$21.034 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais, Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registradas na rubrica “Contas a receber”.

Notas Explicativas

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Partes relacionadas	6,46%	-	-	83.468	-	-	83.468
Debêntures - CDI	7,46%	77.397	241.696	35.273	127.667	424.909	906.942
Debêntures - IPCA	10,30%	317.653	9.436	10.141	10.946	216.081	564.257
Fornecedores e cauções contratuais	-	24.176	515	-	-	-	24.691
Fornecedores partes relacionadas	-	1.807	-	-	-	-	1.807
Credores pela concessão	-	5.475	722	-	-	-	6.197
Outras contas a pagar	-	3.764	-	-	-	-	3.764
		<u>430.272</u>	<u>252.369</u>	<u>128.882</u>	<u>138.613</u>	<u>640.990</u>	<u>1.591.126</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.07 a 30.09.2019	01.10 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	01.04 a 30.06.2020	Total
Partes relacionadas	6,46%	-	-	-	-	-
Debêntures - CDI	7,46%	-	77.396	-	223.772	301.168
Debêntures - IPCA	10,30%	-	320.095	-	4.309	324.404
Fornecedores e cauções contratuais	-	19.806	1.929	2.441	515	24.691
Fornecedores partes relacionadas	-	1.807	-	-	-	1.807
Credores pela concessão	-	2.738	2.737	722	-	6.197
Outras contas a pagar	-	3.764	-	-	-	3.764
		<u>28.115</u>	<u>402.157</u>	<u>3.163</u>	<u>228.596</u>	<u>662.031</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

Notas Explicativas

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 24.610
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	175.953

28. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 5 de julho de 2019 a Sociedade pagou R\$50.000 de principal e R\$218 de juros totalizando R\$50.218 referente ao pagamento parcial do saldo da 6ª Emissão de Debêntures Privada celebrada com a Arteris S/A.

Em 22 de julho de 2019 a Sociedade pagou R\$30.000 de principal e R\$178 de juros totalizando R\$30.178 referente ao pagamento parcial do saldo da 6ª Emissão de Debêntures Privada celebrada com a Arteris S/A.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de agosto de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2019.

Araras, 13 de agosto de 2019

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Presidente

Nelson Segnini Bossolan

Diretor de Operações

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Econômico Financeiro / Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Araras, 13 de agosto de 2019

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Presidente

Nelson Segnini Bossolan

Diretor de Operações

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Econômico Financeiro / Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Correção da numeração das Notas Explicativas